

Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Consumidor

Campo Grande- MS

2024

SUMÁRIO

1.	Identificação do curso.....	3
2.	Público-alvo.....	3
4.	Perfil do egresso	3
5.	Critério de seleção	3
6.	Justificativa.....	4
7.	Objetivo do Curso.....	4
8.	Parcerias.....	4
9.	Período e periodicidade	4
10.	Matriz Curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em.....	6
11.	Ementas	5
12.	Aspectos Metodológicos.....	30
13.	Frequência	31
14.	Avaliação e atribuição de notas ou conceito para discente.....	31
15.	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	32
16.	Certificação.....	32
17.	Infraestrutura	32
18.	Avaliação do curso	33
19.	Referências	33

1. Identificação do curso

Nome: Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Consumidor.

Área de concentração: Correlata com a Gestão Pública nos órgãos do Procon estadual e municipal.

Carga Horária: 360 horas, curso de pós-graduação, mais 60h optativa de Trabalho de Conclusão de Curso.

2. Público-alvo

A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito do Consumidor é destinada servidores que tenham o propósito de aprofundar seus conhecimentos, aprimorar seu senso crítico e dominar nuances da complexa matéria consumerista, de forma a possibilitar uma prestação de serviços com segurança e eficiência em um mercado que exige conhecimentos minuciosos e atualizados sobre as constantes transformações nas relações de consumo.

3. Perfil do egresso

Ser capaz de encontrar respaldo em outros campos profissionais, como o de consultoria em consumo, elaboração de contratos, mediação de conflitos e acordos e outras atividades administrativas e burocráticas.

4. Critério de seleção

A constituição dos participantes da pós-graduação em Direito do Consumidor será efetuada mediante seleção de servidores de nível superior, conforme a complexidade das atribuições e a imprescindibilidade de atuação acurada nas funções cotidianas. A seleção será realizada pelas chefias superiores do Procon, assegurando a escolha de servidores cujas responsabilidades demandem conhecimentos especializados na área de proteção e defesa do consumidor.

5. Justificativa

Embora o direito do consumidor como matéria de direito seja algo relativamente novo, que começou a se consolidar no mundo a partir do final do século XIX, com a Revolução Industrial, há indícios de leis que protegiam e amparavam consumidores no mundo antigo.

No Código de Hamurabi (escrito aproximadamente em 1172 a.C), por exemplo, havia leis escritas que tinham como objetivo claro a proteção do consumidor e a punição de fornecedores que entregassem produtos ou serviços de má qualidade. Os artigos 233 e 235 do Código, por exemplo, trazem as seguintes situações:

233º – Se um arquiteto constrói para alguém uma casa e não a leva ao fim, se as paredes são viciosas, o arquiteto deverá à sua custa consolidar as paredes.

235º – Se um bateleiro constrói para alguém um barco e não o faz solidamente, se no mesmo ano o barco é expedido e sofre avaria, o bateleiro deverá desfazer o barco e refazê-lo solidamente à sua custa; o barco sólido ele deverá dá-lo ao proprietário.

Voltando para a época pós Revolução Industrial, pode-se ver traços de organizações e conjuntos de leis que tinham como objetivo a proteção dos consumidores nos Estados Unidos a partir de 1872, com a Lei Sherman.

Na Europa, movimentos de defesa ao consumidor começam a aparecer após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o direito do consumidor evoluiu com passos mais lentos do que em outros locais do mundo. A pressão interna começou em 1985, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a resolução 39/248, que instituía o princípio da vulnerabilidade do consumidor.

A partir dessa resolução, a ONU recomendou a países em desenvolvimento que criassem aparatos legais de proteção aos consumidores, com o objetivo de universalizar os direitos. Tanto é que em 1985, no mesmo ano que a resolução da ONU foi estabelecida, foi criado no Brasil o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.

Em 1990, cria-se o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que constitui uma série de leis vinculadas a preceitos constitucionais que tem como objetivo proteger as relações de consumo no país.

6. Objetivo Geral

Capacitar o servidor para a prestação de serviços especializados na matéria consumerista, possibilitando-o identificar soluções para as demandas apresentadas pelos seus clientes, sejam eles consumidores ou fornecedores;

6.1. Objetivos Específicos

a) Estimular a realização de constantes exames críticos sobre questões contemporâneas, dotando o cursista de elementos necessários para sua convicta tomada de decisão diante dos novos paradigmas mercadológicos;

b) Fornecer subsídios imprescindíveis à preparação do cursista que deseja se destacar no mercado de trabalho como Especialista em Direito do Consumidor, por meio de análises aprofundadas dos principais aspectos e assuntos que norteiam a relação jurídica de consumo;

c) Incentivar pensamentos mais globais e integrados, que são decisivos em um mercado que exige profissionais com postura diligente e visão sistêmica por meio do domínio de áreas complementares de conhecimento;

d) Promover o aperfeiçoamento do cursista, já atuante nas áreas de Direito do Consumidor, acerca de temas de grande destaque, principalmente diante das novas tecnologias e mudanças nos perfis de consumo;

e) Proporcionar o estudo integrado do Código de Defesa do Consumidor e de legislações correlatas, bem como dos apontamentos teóricos e práticos discutidos pela doutrina e pela jurisprudência.

7. Parcerias

Não se aplica.

8. Período e periodicidade

O curso terá duração de, aproximadamente, 10 meses e será oferecido em turma única. As aulas são on-line e ocorrerão conforme calendário acadêmico.

9. Matriz Curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Consumidor:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Desenvolvimento Profissional	40 h
MÓDULO I	
Código de Proteção e Defesa do Consumidor	40 h
Responsabilidade Civil em Relações de Consumo na Sociedade 5.0	40 h
A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as Relações de Consumo	40 h
Planos de Saúde e a Proteção do Mercado de Consumo: Questões Controvertidas e Desafios	40 h
MÓDULO II	
Direito do Consumidor à Informação na Rotulagem de Alimentos	40 h
Comércio Eletrônico e Economia Compartilhada	40 h
Regulação e Direito do Consumidor	40 h
Direito Bancário e Novas Tecnologias	40 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS	360 h
TCC Opcional	60h

10. Ementas

DISCIPLINA

Disciplina - Desenvolvimento Profissional – 40h
EMENTA: Conceito e importância da liderança. Os desafios do papel do líder. Liderando a própria carreira. Comunicação eficaz. Dar e receber feedback. Dicas para uma boa apresentação em público. Características empreendedoras. Criando o próprio negócio. Propósito na vida pessoal e profissional. Ética e moral. Dilemas éticos. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADE I: LIDERANÇA 1.1 Conhecendo a si mesmo; 1.2 Fatores chave para um líder; 1.3 Liderança.

UNIDADE II: COMUNICAÇÃO

- 2.1 O processo de comunicação;
- 2.2 Comunicação para as relações;
- 2.3 A comunicação eficaz;
- 2.4 O prazer de falar em público.

UNIDADE III: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

- 3.1 Empreendendo;
- 3.2 O empreendedor;
- 3.3 Empreendedorismo na vida.

UNIDADE IV: PROPÓSITO E ÉTICA

- 4.1 Ausência de propósito, ausência de significado;
- 4.2 Ética.

Bibliografia Básica:

BARTOLOMÉ, F. Ninguém confia plenamente no chefe – e agora? In: Harvard Business Review (org).

Liderança: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, pp. 104-120.

BERGAMINI, C.W. Motivações nas Organizações. São Paulo: Atlas, 1997, 4. ed., pp. 20-35. BROWN, R. Social psychology. New York, The Free Press, 1965.

Bibliografia

Complementar:

MARSHALL, B. R. Comunicação não violenta, técnicas para aprimorar relacionamentos

personais.

São Paulo: Agora editora, 2010.

PIMENTA, M. A. Comunicação Empresarial: conceitos e técnicas para administradores. Campinas: Alínea, 2009.

PINA, J. A. Apresentações que falam por si. Lidel: Lisboa, 2011. POLITO, R. Assim é Que se Fala.

São Paulo: Saraiva, 2011.

MÓDULO I

Disciplina 1 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor – 40h

EMENTA: Proteção constitucional do consumidor. Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). Relação jurídica de consumo. Conceitos: consumidor, fornecedor, produto e serviço. Política Nacional de Relações de Consumo. Vulnerabilidade. Harmonização dos interesses. Boa-fé objetiva. Direitos básicos do consumidor. Solidariedade. Prescrição e decadência nas relações de consumo. Práticas comerciais. Publicidade enganosa e abusiva. Bancos de dados e cadastro de consumidores. Proteção contratual. Contratos de adesão. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, POLÍTICA NACIONAL DE RELAÇÕES DE CONSUMO E DIREITOS BÁSICOS

- 1.1 Proteção constitucional do consumidor;
- 1.2 Relação jurídica de consumo e conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço;
- 1.3 Objetivos e princípios da Política Nacional de Relações de Consumo;
- 1.4 Instrumentos para execução da Política Nacional de Relações de Consumo;
- 1.5 Direitos básicos dos consumidores.

UNIDADE II: RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- 2.1 Proteção à saúde e segurança;
- 2.2 Responsabilidade civil por fato do produto e do serviço;
- 2.3 Responsabilidade civil por vício do produto e do serviço;
- 2.4 Decadência e prescrição nas relações de consumo;
- 2.5 Desconsideração da personalidade jurídica.

UNIDADE III: PRÁTICAS COMERCIAIS E PROTEÇÃO CONTRATUAL

- 3.1 Oferta e publicidade;
- 3.2 Prática abusivas;
- 3.3 Cobrança de dívidas, bancos de dados e cadastros de consumidores;
- 3.4 Cláusulas abusivas;
- 3.5 Contratos de adesão.

UNIDADE IV: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO E SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- 4.1 Sanções administrativas: disposições gerais e tipos;

4.2 Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; 4.3 Legitimados para a defesa coletiva de consumidores e ações coletivas para defesa de interesses individuais homogêneos; 4.4 Coisa julgada; 4.5 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.	
Bibliografia Básica: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14 abr. 2020. BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de set. de 1990. Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm. Acesso em: 14 abr. 2020. CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2019.	Bibliografia Complementar: DENSA, Roberta. Proteção Jurídica da Criança Consumidora: entretenimento, classificação indicativa, filmes, jogos, jogos eletrônicos. Indaiatuba/SP: Foco, 2018. GARCIA, Leonardo de Medeiros. Código de Defesa do Consumidor. Doutrina e Jurisprudência para Utilização Profissional. Coleção Uso Profissional. 2 ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodium, 2019. GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Comentado pelos Autores do Anteprojeto - Direito Material e Processo Coletivo - volume único. 12 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Disciplina 2 - Responsabilidade Civil em Relações de Consumo na Sociedade

5.0 – 40h

EMENTA: Responsabilidade Civil e Relação de Consumo. Fundamentos da Responsabilidade Civil em situações de interesse individual, individual homogêneo, coletivo e difuso. Elementos essenciais, características, funções. Contratual, extracontratual. Teoria Unitária do Direito do Consumo. Sistema de enfrentamento de conflitos tradicional e métodos adequados de enfrentamento de conflito em relações de consumo. Impacto do Desenho de Enfrentamento de Conflito: Dispute System Design (DSD) em Responsabilidade Civil. Prática profissional em sistema de heterocomposição e de autocomposição. Vias de resolução de disputas. Fundamentos da negociação de interesses em responsabilidade civil pelo método Harvard.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: NOÇÕES GERAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

- 1.1 Tipos de responsabilidade;
- 1.2 Elementos essenciais da responsabilidade civil;
- 1.3 Fundamentos da responsabilidade civil;
- 1.4 Sujeitos da relação de consumo e a responsabilidade civil.

UNIDADE II: CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE E EXTENSÃO DA INDENIZAÇÃO

- 2.1 Teorias do nexo causal;
- 2.2 Causas excludentes de responsabilidade;
- 2.3 Indenização em pecúnia e in natura;
- 2.4 Liquidação considerando caráter compensatório e punitivo.

UNIDADE III: ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL HETEROCOMPOSITIVO E AUTOCOMPOSITIVO

- 3.1 As diferenças na abordagem do conflito pela heterocomposição e autocomposição;
- 3.2 A funções dos papéis de parte, advogado e mediador no acesso à justiça em matéria de consumo;
- 3.3 Preparação da negociação em responsabilidade civil: geração de opções e a abordagem de negociação da Teoria de Harvard;
- 3.4 O impacto da migração para o sistema online no tratamento dos conflitos em responsabilidade civil em matéria de consumo;
- 3.5 Plataforma pública consumidor.gov.br.

UNIDADE IV: ESTUDOS DE CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL, DISPUTE SYSTEM DESIGN (DSD) E A

IMPORTÂNCIA DA PREOCUPAÇÃO COM O VULNERÁVEL NAS RELAÇÕES DE

CONSUMO

- 4.1 Avaliação da necessidade de revisão do sistema utilizado para enfrentamento do conflito;
4.2 Caso Mercado Livre; 4.3 Caso do acidente da TAM;
4.4 Sistema de enfrentamento de conflitos para superendividamento

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 out.2020.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

CÂMARA DO DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 3.515/2015. Disponível em<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2052490>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

Bibliografia Complementar:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2014. **DESSAUNE, Marcos. Teoria Aprofundada do Desvio Produtivo do Consumidor: o prejuízo do tempo desperdiçado e da vida alterada.** 2 ed. rev. e ampl. Vitória: (s.n), 2017.

DIAS, José Aguiar. Da Responsabilidade Civil. 11 ed. São Paulo: Renovar, 2007.

DINIZ, Carlos Eduardo Iglesias. A Boa-Fé Objetiva no Direito Brasileiro e a Proibição de Comportamentos Contraditórios. Disponível em: <www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumeI/10anosdocodigocivil_61.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

Disciplina 3 - A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as Relações de Consumo – 40h

EMENTA: Privacidade e proteção de dados pessoais: referências históricas, dificuldades conceituais, significado e importância atual. A ameaça tecnológica. Direito à autodeterminação informativa. Proteção de dados como direito da personalidade. A questão da disponibilidade. Modelos americano e Europeu de proteção de dados. Regulamento 679 da União Europeia. Fair Credit Reporting Act (1970). California Consumer Privacy Act (2020). A privacidade e proteção de dados no ordenamento jurídico brasileiro. Bancos de dados e cadastro de consumo no CDC. A Nova Lei do Cadastro Positivo. Marco Civil da Internet. Lei Carolina Dieckman (Lei 12.737/2012). A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/18): conceitos, estrutura, fundamentos, princípios, hipóteses autorizadoras de tratamento de dados, tratamento regular e irregular de dados, responsabilidade civil e administrativa, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), tutela coletiva e individual para proteção dos titulares de dados. Diálogo da LGPD com o Código de Defesa do Consumidor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: DIGNIDADE HUMANA E DIREITOS DA PERSONALIDADE

1.1 Referências históricas e fundamentos teóricos: privacidade e proteção de dados pessoais; Proteção de dados e direito à privacidade como direito da personalidade. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade. Direito à autodeterminação informacional;

1.2 As dificuldades conceituais do direito à privacidade. Teoria das Esferas. Teoria do Mosaico;

1.3 Dados ofensivos e inofensivos: o contexto do tratamento de dados;

1.4 Gerações de leis de proteção de dados. Modelos de proteção de dados pessoais. Modelo europeu e Modelo americano. Diretiva 95/46 e o Regulamento 679/16.

California Consumer Privacy Act. Fair Credit Reporting Act.

UNIDADE II: A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL E PANORAMA DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

- 2.1 Código de Defesa do Consumidor. Bancos de dados e cadastros de consumo;
- 2.2 Nova Lei do Cadastro Positivo;
- 2.3 Marco Civil da Internet;
- 2.4 Lei Carolina Dieckman (Lei 12.737/2012);
- 2.5 Visão geral da LGPD. Fundamento, objeto e campo de aplicação e incidência da LGPD. Conceitos normativos. Tratamento, dados pessoais, dados anonimizados, dados sensíveis, controlador, operador, encarregado, uso compartilhado de dados, autoridade nacional. A boa-fé objetiva e os princípios da finalidade, adequação, segurança, necessidade, transparência, livre acesso, qualidade, não discriminação. Direitos do titular de Dados.

UNIDADE III: TRATAMENTO DE DADOS

- 3.1 Tratamento regular e irregular de dados;
- 3.2 As hipóteses autorizadoras do art. 7º. Obrigação legal, consentimento informado e legítimo interesse;
- 3.3 Tratamento de dados pessoais sensíveis;
- 3.4 Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes;
- 3.5 Tratamento de dados pelo poder público: limites e possibilidades.

UNIDADE IV: AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E TUTELA COLETIVA E INDIVIDUAL

- 4.1 Autoridade Nacional de Proteção de Dados: atribuições. Conselho Diretor. Conselho Nacional de Proteção de Dados: atribuições;
- 4.2 Tratamento irregular de dados e responsabilidade administrativa;
- 4.3 Sanções administrativas;
- 4.4 Tutela coletiva e individual na proteção de dados pessoais. Instrumentos da LGPD.

4.5 Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Dano moral coletivo. O Ministério Público e a tutela coletiva dos dados pessoais.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do

Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

CÂMARA DO DEPUTADOS.

Projeto de Lei n.

3.515/2015. Disponível em

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2052490>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

CAVALIERI FILHO, Sérgio.

Programa de Responsabilidade Civil. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2014. DESSAUNE, Marcos. Teoria Aprofundada do Desvio Produtivo do Consumidor: o prejuízo do tempo desperdiçado e da vida alterada. 2 ed. rev. e ampl. Vitória: (s.n), 2017.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Carlos Eduardo Iglesias. A Boa-Fé Objetiva no Direito Brasileiro e a Proibição de Comportamentos Contraditórios.

Disponível em:

<www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperf/eicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumeI/10anosdocodigocivil_61.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol. 4. São Paulo: Saraiva.

LIMA, Alvino. Culpa e Risco. 2. ed. rev. e atual. pelo Prof. Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MAGALHÃES, Simone.

Instagram. Disponível

em:

<<https://www.instagram.com/simonemagalhaes.adv/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

Disciplina 4 - Planos de Saúde e a Proteção do Mercado de Consumo:

Questões Controvertidas e Desafios – 40h

EMENTA: O direito à saúde e a Constituição Federal. Planos de saúde – modalidades. Dos contratos de planos de saúde – individuais/familiares - coletivos e de autogestão. Aspectos legais da relação jurídica envolvendo os planos de saúde. Diálogo das fontes. Lei dos Planos de Saúde – Lei nº 9.656/98. Marco regulatório e competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Regulação e atuação da ANS. Rol de procedimentos e coberturas mínimas obrigatórias – Rol exemplificativo ou taxativo. Reajuste das mensalidades. Planos de Saúde e SUS. Reembolso de despesas. Prazos de atendimento e carência – aspectos práticos. Cobertura contratual de despesas médicas – home care, transtorno do espectro autista, cirurgia bariátrica e pós- bariátrica. Atendimento - Redes próprias, credenciadas e as situações excepcionais de atendimento externo. Cobertura de despesas relacionadas a procedimentos experimentais. Medicamento Off label. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Responsabilidade civil dos planos de saúde – atos próprios ou de terceiros/descumprimento contratual/erro médico/risco do desenvolvimento/negativa de cobertura/procedimentos de urgência e emergência. Da tutela do consumidor idoso - Hipervulnerabilidade e aplicação do Estatuto do Idoso. Aspectos polêmicos da relação contratual – análise de casos concretos e do entendimento do STJ. Práticas abusivas: recusa de atendimento injustificada - cobrança de cheque-caução - cobranças indevidas - estado de necessidade e termos de responsabilidade financeira - tempos de internação. Negativa de cirurgias e tratamentos a doenças cobertas. Telemedicina. Discriminação algorítmica nos contratos de seguros. Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais - LGPD e os planos de saúde. Hipóteses de cancelamento do contrato – individuais e coletivos. Aplicação da teoria do adimplemento substancial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: ASPECTOS GERAIS DOS PLANOS DE SAÚDE NO BRASIL

1.1 O direito à saúde e a Constituição Federal: aspectos básicos e princípios jurídicos;

1.2 Seguros e planos de saúde: modalidades e evolução histórica. Aspectos gerais da relação jurídica;

1.3 Da saúde pública: diretrizes constitucionais. Saúde suplementar e os contratos de planos de saúde;

1.4 Aspectos legais da relação jurídica envolvendo os planos de saúde: diálogo das fontes. Código Civil, Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Estatuto do Idoso e Lei dos Planos de Saúde;

1.5 Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Regulação e seus aspectos normativos: análise das principais resoluções. Operadoras de planos privados de assistência à saúde. Deveres e responsabilidades.

UNIDADE II: CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE

2.1 Conceito e finalidades dos contratos de seguro e planos de saúde. Princípios aplicáveis. Autonomia da vontade e função social. Boa-fé, lealdade, equilíbrio financeiro, não abusividade, contratos de adesão e hipervulnerabilidade do consumidor;

2.2 Modalidades. Individual ou familiar. Coletivo por adesão ou empresariais/associações de classe. Entidades de autogestão. Filantrópicos;

2.3 Cobertura contratual de despesas médicas. Atendimento. Redes próprias, credenciadas e as situações excepcionais de atendimento externo. Home care, transtorno do espectro autista, cirurgia bariátrica e pós-bariátrica. Planos de saúde e SUS. Prazos de atendimento e carência: aspectos práticos. Cobertura de despesas relacionadas a procedimentos experimentais. Medicamento off-label. Procedimentos estéticos. Reembolso de despesas médicas;

2.4 Reajuste das mensalidades: mecanismos. Modalidades. Critérios. Reajuste técnico e a busca pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Abuso de posição dominante. Sinistralidade. Reajuste por mudança de faixa etária. Repetição do indébito. Prescrição. Posição do STJ. Hipóteses de cancelamento do contrato;

2.5 Proteção do consumidor idoso. Hipervulnerabilidade e aplicação do Estatuto do Idoso.

UNIDADE III: PRÁTICAS ABUSIVAS E RESPONSABILIDADE CIVIL DOS

PLANOS DE SAÚDE:

- 3.1 Responsabilidade civil dos planos de saúde: contratual e extracontratual. Atos próprios ou de terceiros. Inadimplemento contratual;
- 3.2 Erros médico e suas consequências. Responsabilidade solidária. Risco do desenvolvimento e as novas tecnologias. Negativa de cobertura. Procedimentos de urgência e emergência. Atraso no agendamento realizado;
- 3.3 Práticas abusivas. Recusa injustificada de atendimento. Cobrança de cheque-caução e notas promissórias em branco. Confissão de dívidas. Termos de responsabilidade financeira e estado de necessidade. Limitação de tempos de internação e de sessões de tratamento;
- 3.4 Recusa indevida de autorização para tratamentos, procedimentos cirúrgicos e fornecimento de medicação e próteses/órteses. Tratamentos de doenças cobertas e pré-existência de doenças;
- 3.5 Responsabilidade civil pelo uso da inteligência artificial.

UNIDADE IV: PLANOS DE SAÚDE, TECNOLOGIA E OS NOVOS DESAFIOS

- 4.1 Telemedicina. Posicionamento da ANS e do Conselho Federal de Medicina;
- 4.2 LGPD e uso indevido de dados pessoais pelos profissionais médicos e planos de saúde. Seleção de novos clientes. Repasse de informações sigilosas. Discriminação algorítmica nos seguros;
- 4.3 Cirurgias à distância e robótica. Inteligência artificial na análise diagnóstica;
- 4.4 Papel da ANVISA na análise e liberação de novos medicamentos. Tratamentos e medicamentos experimentais. Proteção das patentes x interesse coletivo: questões concorrenciais e proteção da propriedade industrial;
- 4.5 Impactos da COVID-19 e os planos de saúde.

Bibliografia Básica:	Bibliografia Complementar:
BARLETTA, Fabiana Rodrigues. O Direito à Autonomia do Consumidor (idoso e doente) de Planos de Saúde em Casos de Emissão de “Consentimento Informado” e/ou de “Diretivas Antecipadas de Vontade” e a Responsabilidade Civil do Fornecedor de Serviços de Saúde. Revista de Direito do Consumidor, v. 113, ano 26, p. 31-56. São Paulo: RT, set-out., 2017. BARLETTA, Fabiana Rodrigues; GOODMAN, Soraya Victoria. Reflexões sobre Direitos Humanos e a Atual Jurisprudência do STJ sobre o Direito à Saúde da Pessoa Idosa em Contratos Privados de Planos de Saúde. Revista de Direito do Consumidor, v. 120, ano 27, p. 309-340. São Paulo: RT, nov-dez., 2018. BOTTESINI, Maury Ângelo. Lei dos Planos e Seguros de Saúde Comentada: artigo por artigo / Maury Ângelo Bottesini, Lauro Conti Machado. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.	MARTINS, Guilherme Magalhães; SOARES, Flaviana Rampazzo. Proteção de Dados Pessoais em E-saúde: seu confronto com a utilidade do fornecimento e uso de dados em aplicativos para dispositivos móveis. Revista de Direito do Consumidor, v. 130, ano 29, p. 397-429. São Paulo: RT, jul-ago., 2020. PEREIRA, Daniel de Macedo Alves. Planos de Saúde e a Tutela Judicial de Direitos: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2019. KFOURI, Miguel e NOGAROLI, Rafaela. Debates Contemporâneos em Direito Médico e da Saúde. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MÓDULO II

Disciplina 1 – Direito do Consumidor à Informação na rotulagem de Alimentos – 40h

EMENTA: Rotulagem geral e nutricional de alimentos embalados: principais normas aplicáveis. Advertências obrigatórias sobre glúten, alimentos alérgenos e lactose. Aprimoramento da informação ao consumidor na rotulagem nutricional; política pública para controle de sobrepeso e obesidade. Código de Defesa do Consumidor e o direito à informação clara e adequada. Análise de Impacto Regulatório e as novas regras aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Inovação: inserção de rotulagem nutricional frontal nos alimentos que contenham nutrientes críticos em excesso. Alterações na tabela de informação nutricional e sua nova apresentação. Adequações necessárias à indústria de alimentos, setor econômico que demanda profissionais qualificados para prestação de consultorias especializadas sobre rotulagem de alimentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: CONHECENDO DIRETRIZES DA ROTULAGEM DE ALIMENTOS

- 1.1 Como são formados os rótulos de alimentos;
- 1.2 Rotulagem geral de alimentos embalados;
- 1.3 Informações obrigatórias na rotulagem geral de alimentos;
- 1.4 Declarações obrigatórias na rotulagem nutricional;
- 1.5 Recolhimento de alimentos e sua comunicação à Anvisa e aos consumidores.

UNIDADE II: ADVERTÊNCIAS OBRIGATÓRIAS

- 2.1 Rotulagem de alimentos e bebidas que contenham glúten;
- 2.2 Processo de desenvolvimento da informação sobre os alimentos alérgenos;
- 2.3 Declaração dos principais alimentos que causam alergias alimentares;
- 2.4 Requisitos para declaração da presença de lactose;
- 2.5 Alimentos para fins especiais: dietas com restrição de lactose.

UNIDADE III: NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR NA ROTULAGEM DE ALIMENTOS

- 3.1 Problema regulatório identificado pela Anvisa;
- 3.2 Fundamentos dos debates atuais sobre alteração na rotulagem nutricional;

3.3 Produtos alimentícios ultraprocessados: crescimento e participação no mercado mundial e nos países americanos;

3.4 Algumas indicações científicas sobre o impacto dos produtos ultraprocessados no organismo das pessoas;

3.5 Análise de Impacto Regulatório e a construção de uma nova rotulagem nutricional.

UNIDADE IV: NOVAS REGRAS APROVADAS PELA ANVISA E A IMPLEMENTAÇÃO DE MUDANÇAS NA ROTULAGEM NUTRICIONAL DOS ALIMENTOS NOS PRÓXIMOS ANOS

4.1 Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 429/2020 e Instrução Normativa (IN) nº 75/2020

4.2 Entendendo os principais assuntos aprovados e os requisitos técnicos para a declaração da rotulagem nutricional dos alimentos embalados;

4.3 Aprovação de inserção de rotulagem nutricional frontal dos alimentos embalados;

4.4 Alterações na tabela de informação nutricional e sua nova apresentação;

4.5 Parâmetros para a declaração voluntária de alegações nutricionais;

Bibliografia Básica: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). RDC nº 259/2002: Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents>. Acesso em: 30 out. 2020. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). RDC nº 360/2003: Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents>. Acesso em: 30 out. 2020. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Bibliografia Complementar: MAGALHÃES, Simone. Rotulagem Nutricional Frontal dos Alimentos Industrializados: política pública fundamentada no direito básico do consumidor à informação clara e adequada. Belo Horizonte: Dialética Editora, 2020. MULLIGAN, Andrea et al. Publicidade de Alimentos e Crianças: regulação no Brasil e no Mundo. Isabella Henriques e Veet Vivarta (coords.). Cecília Lozano Fanucchi, Gilda B. M. Silva e Heloísa P. Attuy (trad.) São Paulo: Saraiva, 2013. OLIVEIRA, Amanda F. de. Desenvolvimento Econômico, Capitalismo e Direito do Consumidor no Brasil: afastando
(ANVISA). RDC nº 24/2015: Dispõe sobre o recolhimento de alimentos e sua comunicação à Anvisa e aos consumidores. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2968795/RDC_24_2015_COMP.pdf/d0d99450-1152-4f7a-91b9-1130fcb17fa2>. Acesso em: 30 out. 2020.	o argumento de “paternalismo jurídico”. Revista de Direito do Consumidor, v. 108, ano 25, p. 243-264. São Paulo: RT, nov.-dez., 2016.

MÓDULO II

Disciplina 2 – Comércio Eletrônico e Economia Compartilhada – 40h

EMENTA: O comércio eletrônico: noções gerais e sua ambientação na internet, redes sociais e outras mídias. Caracterização geral dos contratos eletrônicos de consumo, seus modos específicos, condições de validade, adesividade, local de formação e modalidades de prova. 15 Direitos do consumidor no comércio eletrônico brasileiro. Inovações legislativas de proteção do consumidor. Informação, práticas abusivas e publicidade. Direito de arrependimento. Nuances especiais da proteção do consumidor virtual. Economia compartilhada e a proteção do consumidor. Compartilhamento no consumo de produtos e serviços. Ampliação da figura do fornecedor na economia compartilhada. Modelo disruptivo da economia colaborativa e hipervulnerabilidade do consumidor nos ambientes virtuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: NOÇÕES GERAIS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO

1.1 Sociedade de consumo e sociedade da informação. Origem da sociedade de consumo. Sociedade de consumo contemporânea. Evolução para a sociedade da informação;

1.2 Breves considerações. A internet no Brasil. Regulamentação civil da internet no Brasil;

1.3 Comércio eletrônico. Considerações iniciais. Definição. Formas de contratação. Tipos de comércio eletrônico;

1.4 Normas de proteção do consumidor no comércio eletrônico. Regulamentação internacional do comércio eletrônico. Proteção legislativa do consumidor no comércio eletrônico brasileiro. Proteção do consumidor na Constituição Federal de 1988. Código de Defesa do Consumidor e comércio eletrônico;

Decreto do Comércio Eletrônico (n. 7.962/2013). Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014). Lei Geral de Proteção de Dados.

UNIDADE II: CONTRATOS ELETRÔNICOS DE CONSUMO

2.1 Conceito e finalidades dos contratos eletrônicos de consumo.

2.2 Princípios aplicáveis. Existência, validade e eficácia dos contratos celebrados por meio eletrônico;

2.3 Formação dos contratos por meio eletrônico. Manifestação do consentimento. Local da formação do contrato;

2.4 Contrato eletrônico de consumo. Sujeitos da relação de consumo. Consumidor virtual. Fornecedor virtual. Estabelecimento virtual. Despersonalização na contratação eletrônica;

2.5 Classificação do contrato eletrônico. Contrato de adesão. Prova do contrato. Proteção do consumidor e inversão do ônus da prova.

UNIDADE III: DIREITOS DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICOBRASILEIRO

3.1 Direito à informação no comércio eletrônico. Vulnerabilidade do consumidor e a confiança no comércio eletrônico;

3.2 Direito à proteção contra práticas abusivas. Oferta e publicidade no comércio eletrônico. Modalidades de oferta. Práticas publicitárias e comerciais mais comuns no comércio eletrônico. Jurisprudência;

3.3 Direito de arrependimento nas compras realizadas pela internet. Natureza jurídica do direito de arrependimento. Limites de aplicabilidade do direito de arrependimento ao comércio eletrônico. Produtos personalizados. Contratos eletrônicos com bens imateriais;

3.4 Direito à qualidade dos bens e serviços. Direito ao atendimento facilitado do consumidor virtual. Direito do consumidor nos sites de compras coletivas;

3.5 Novos desafios à proteção do consumidor no comércio eletrônico. Adequação do Código de Defesa do Consumidor.

UNIDADE IV: ECONOMIA COMPARTILHADA E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

4.1 Economia compartilhada. Noções introdutórias. Expansão do consumo compartilhado. Princípios estruturantes;

4.2 Compreensão da estrutura da relação de consumo compartilhado. O fornecedor e o consumidor na economia compartilhada. A nova noção de fornecedor na economia de compartilhamento. Multiplicidade de contratos no consumo compartilhado;

4.3 Impactos do modelo disruptivo da economia compartilhada no mercado de consumo. A revolução da sociedade de consumo.

4.4 Aspectos regulatórios e conflitos de interesses. Mercados de atuação da economia de compartilhamento. Transporte. Varejo. Hospedagem. Home sharing;

4.5 Direitos do consumidor. Hipervulnerabilidade do consumidor na economia compartilhada. O direito à transparência e à informação adequada do consumidor. A confiança e o direito do consumidor na economia compartilhada. Responsabilidade das plataformas virtuais em face da boa-fé do consumidor.

Bibliografia Básica: ALVES, P.A.; NEVARES, P.P. Implicações Jurídicas do Comércio Eletrônico no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. CARPENA, Heloisa. Airbnb e a Responsabilidade por Danos Causados aos Consumidores na Economia Compartilhada. Revista de Direito do Consumidor, v. 129, ano 29, p. 175-194. São Paulo: RT, maio-jun., 2020. . Lei Mais Favorável ao Consumidor e o Acordo do Mercosul Sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo de 2017. Revista de Direito do Consumidor, v. 121, ano 28, p. 419-457. São Paulo: RT, jan- fev., 2019.	Bibliografia Complementar: SCHWARTZ, Fábio. A Economia Compartilhada e a Responsabilidade do Fornecedor Fiduciário. Revista de Direito do Consumidor, v. 111, ano 26, p. 221-246. São Paulo: RT, maio- jun., 2017. TARTUCE, Flávio. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual. 5 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2016. VERBICARO, Dennis. VIEIRA, Janaina do Nascimento. A Hipervulnerabilidade do Turista e a Responsabilidade das Plataformas Digitais: uma análise a partir da perspectiva da economia colaborativa. Revista de Direito do Consumidor, v. 127, ano 29, p. 305-330. São Paulo: RT, jan.-fev., 2020.
--	--

MÓDULO II

Disciplina 3 – Regulação e Direito do Consumidor – 40h

EMENTA: Constituição Econômica: noções gerais. Estado intervencionista e Estado liberal. Estado regulador. Ordem econômico-constitucional na Constituição de 1988. Agências reguladoras no Brasil: histórico, espécies, legislação. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC): histórico, fundamento, pontos de controvérsia, interlocução com entidades reguladoras. Serviços públicos e incidência do Código de Defesa do Consumidor. Espécies de serviços públicos. Disciplina dos serviços públicos no Código de Defesa do Consumidor: construções doutrinárias e jurisprudenciais. Espaços de tensões nas relações entre agências reguladoras e entidades do SNDC. Possíveis soluções: análise de impacto regulatório.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: ESTADO REGULADOR E AGÊNCIAS REGULADORAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO- CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

- 1.1 Constituição Econômica: noções gerais;
- 1.2 Estado intervencionista e Estado liberal;
- 1.3 Estado regulador;
- 1.4 Ordem econômico-constitucional na Constituição de 1988;
- 1.5 Agências reguladoras no Brasil: histórico, espécies, legislação. UNIDADE II: SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - ELEMENTOS E CONTROVÉRSIAS
- 2.1 O que é o SNDC;
- 2.2 Histórico do SNDC;
- 2.3 Fundamento legal e pontos de controvérsia;
- 2.4 SNDC e agências reguladoras: limites e interlocução;
- 2.5 O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. UNIDADE III: SERVIÇOS REGULADOS E O CDC
- 3.1 Serviços públicos e incidência do CDC;
- 3.2 Espécies de serviços públicos;
- 3.3 Disciplina dos serviços públicos no CDC: construções doutrinárias;
- 3.4 Disciplina dos serviços públicos no CDC: construções jurisprudenciais;
- 3.5 Considerações Finais.

UNIDADE IV: SERVIÇOS REGULADOS, AGÊNCIAS E A DEFESA DO CONSUMIDOR: ATUALIDADES

- 4.1 Espaços de tensões nas relações entre agências reguladoras e entidades do SNDC;
- 4.2 Fragilidades e Possível Solução: SNDC e as Agências Reguladoras;
- 4.3 Fragilidades e Possível Solução: SNDC e o Relacionamento com os Poderes;
- 4.4 Fragilidades e Possível Solução: SNDC e as Empresas;
- 4.5 Fragilidades e Possível Solução: SNDC e a Sociedade.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. Teoria da Regulação. In CARDOZO, José Eduardo Martins et al. (Org.). Curso de Direito Administrativo Econômico. São Paulo: Malheiros, 2006.

ARANHA, Marcio Iorio. Manual de Direito Regulatório: Fundamentos de Direito Regulatório. 5. ed. rev. ampl. London: Laccademia Publishing, 2019.

BARROSO, Luis Roberto. Apontamentos sobre as Agências Reguladoras. In FIGUEIREDO, Marcelo (Org). Direito e Regulação no Brasil e nos EUA. São Paulo: Malheiros Editores, 2004, p. 87-110.

Bibliografia Complementar:

RAGAZZO, Carlos. Coordenação Efetiva e Sistematização. Novas tendências da melhora da qualidade regulatória no Brasil. In MENDES, Fernando Marcelo; ALVES, Clara da Mota Santos Pimenta; DOMINGUES, Paulo Sérgio (Orgs.). Brasília: AJUFE, 2019.

SALINAS, Natasha e GOMES, Lucas Thevenard. O Estado Regulador sob Revisão: possíveis impactos do Decreto 10.229/20. In: Jota. Disponível em:

<<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-estado-regulador-sob-revisao-possiveis-impactos-do-decreto-10-219-20-08022020>>. Acesso em: 28 out.2020. SODRÉ, Marcelo Gomes (Coord.). Agências Reguladoras e a Tutela dos Consumidores. Série Pensando o Direito n.21/2010. Instituto Brasileiro de Defesa do

	Consumidor – IDEC. Brasília: Ministério da Justiça. 2010. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/elaboracaolegislativa/pensandodireito/publicacoes/anexos/21pensando_direito.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.
--	---

Disciplina 4 – Direito Bancários e Novas Tecnologias – 40h

EMENTA: Noções gerais de Direito Bancário. Contratos bancários. Contratos de adesão e vulnerabilidade do consumidor. Responsabilidade civil dos bancos e demais instituições financeiras. Restrição de crédito e negativação em bancos de dados. Dano moral. Tecnologia Blockchain e criptomoedas, fintechs e bancos virtuais: regras gerais, riscos e proteção jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: NOÇÕES GERAIS DE DIREITO BANCÁRIO

- 1.1 Fontes do Direito Bancário. O Sistema Financeiro Nacional (SFN). Tipos de bancos e outras sociedades de crédito;
- 1.2 Regulação da atividade bancária. Intervenção do Estado no domínio econômico. Órgãos regulatórios. O Conselho Monetário Nacional (CMN). Banco Central do Brasil (BACEN);
- 1.3 Processo administrativo sancionatório no SFN. Competências do BACEN. Penalidades. Sanções em operações de lavagem de dinheiro e evasão de divisas;
- 1.4 Intervenção do Banco Central em instituição bancária em crise financeira;
- 1.5 Proteção dos depósitos privados dos correntistas da instituição em intervenção. Fundo Garantidor de créditos (FGC). Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

UNIDADE II: CONTRATOS BANCÁRIOS

- 2.1 Contratos de adesão e vulnerabilidade do consumidor. Liberdade de contratar. Liberdade contratual. Autonomia privada e interesse social. Interpretação mais favorável ao consumidor;
- 2.2 Contratos bancários: conceito, finalidades e princípios. Boa-fé, lealdade,

equilíbrio financeiro. Cláusulas abusivas;

2.3 Contratos de conta corrente, mútuo e abertura de crédito;

2.4 Cobrança e/ou desconto excessivo de valores em contratos de empréstimo e financiamento bloqueio ou retenção indevida de valores ou de crédito;

2.5 Remuneração de juros e anatocismo. Espécies de riscos bancários e razoabilidade de disposições contratuais. Litígios referentes a cheque especial e cartão de crédito.

UNIDADE III: RESPONSABILIDADE CIVIL DOS BANCOS

3.1 Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor: fato e vício do serviço. Responsabilidade objetiva. Solidariedade entre fornecedores;

3.2 Dever de segurança nas operações bancárias e financeiras. Superior Tribunal de Justiça (STJ): fortuito interno e externo;

3.3 Uso indevido de informações bancárias sigilosas;

3.4 Restrição de crédito e negativação em bancos de dados. Histórico de crédito (credit scoring);

3.5 Dano moral envolvendo bancos e instituições financeiras.

UNIDADE IV: ATIVIDADE BANCÁRIA E NOVAS TECNOLOGIAS

4.1 Fintechs e bancos virtuais. Conceito, regras gerais e regulação;

4.2 Tecnologia Blockchain e criptomoedas. Conceitos, regras gerais e regulação;

4.3 Big data e sua relação com a atividade bancária virtual;

4.4 Proteção de dados pessoais do consumidor nas relações virtuais;

4.5 Ponderações jurisprudenciais.

Bibliografia Básica: ABRÃO, NELSON, Direito Bancário, 18 ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2019. CARVALHO, Diógenes F. de; SILVA, Frederico O. Superendividamento e Mínimo Existencial: teoria do reste à vivre. Revista de Direito do Consumidor, v. 118, ano 27, p. 363-386. São Paulo: RT, jul.-ago., 2018. GARCIA, Leonardo. Código de Defesa do Consumidor: doutrina e jurisprudência para utilização profissional. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2020. MARQUES, Claudia L.; LIMA, Clarissa C. Defesa Judicial do Consumidor Bancário, de Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira. Revista de Direito do Consumidor, v. 97, ano 24. São Paulo: RT, jan.-fev., 2015.	Bibliografia Complementar: POMPEU, Gina V. M.; FARIAS, Maria É. da C. A Renegociação da Dívida do Consumidor Superendividado sob a Perspectiva da Análise Econômica do Direito. Revista de Direito do Consumidor, v. 122, ano 28, p. 151-177. São Paulo: RT, mar.-abril, 2018. PRUX, Oscar Ivan. A Cessão de Crédito Inadimplido e o Respeito aos Direitos Pessoais do Consumidor: o direito do devedor remir a dívida nas mesmas condições em que o fornecedor está a ofertá-la no mercado. Revista de Direito do Consumidor, v. 129, ano 29, p. 399-422. São Paulo: RT, maio- jun., 2020. VERBICARO, Dennis; ATAÍDE, Camille da S. A.; LEAL, Pastora do S. T. Fundamentos ao Reconhecimento do Dano Existencial nos Casos de Superendividamento. Revista de Direito do Consumidor, v. 120, ano 27, p. 365-396. São Paulo: RT, nov.-dez., 2018.
--	--

11. Aspectos Metodológicos

A construção da aprendizagem se dá por meio do ambiente virtual. O conteúdo a ser desenvolvido organizar-se-á por disciplinas com cargas horárias próprias e atividades específicas, por meio dos quais os alunos poderão trocar ideias, realizar reflexões e ampliar seus conhecimentos.

O material didático é elaborado especificamente para a metodologia a distância e contribui não só para a aprendizagem do aluno, como também para sua maturidade intelectual, pois propicia-lhe ampliar experiências e prosseguir na sua especialização profissional. O tutor/professor fará a gestão individualizada, acompanhando, avaliando e motivando o aluno durante sua caminhada.

12. Frequência

Para que o cursista permaneça na pós-graduação, é necessária frequência igual ou superior a 75% em cada disciplina.

13. Avaliação e atribuição de notas ou conceito para discente.

O processo de ensino e aprendizagem é focado no cursista e disponibiliza material didático em diversos formatos para que, independentemente das preferências do aluno, ele possa aproveitar ao máximo seu curso.

O tutor/professor faz a gestão individualizada, acompanhando, avaliando e motivando o aluno durante sua caminhada. O curso é 100% online e todas as avaliações acontecem no Portal do Aluno. As interações assíncronas entre tutor/professor e alunos, no material didático disponibilizado e nas atividades avaliativas acontecem em todas as disciplinas, que são oferecidas sequencialmente, porém sem pré-requisitos entre elas.

A metodologia baseia-se, essencialmente, na utilização da Internet como meio de acesso ao conteúdo programático e às orientações educacionais. O programa conta com um Learning Management System Relatórios de Desempenho:

- Relatório de Atividades permitirá verificar a disciplina concluída, atividades desenvolvidas e quais alunos acessaram a plataforma virtual; e

- Relatório de Desempenho incluirá os trabalhos concluídos por aluno, notas das atividades e avaliação da participação de cada um nas atividades propostas.

14. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC de acordo com a Deliberação CEE/MS nº 10. 679, de 13 de agosto de 2015, que dispõe sobre a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização da Escola de governo, no artigo 5º estabelece o curso com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, não sendo computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado obrigatoriamente para elaboração individual de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). É opcional, terá carga horária de 60h e acompanhado por professor especialista.

15. Certificação

O curso é autorizado pelo Ministério da Educação - MEC, por meio da Portaria nº 1.663/2006 e com validade em todo o território nacional. Atende às exigências da Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018 e do Decreto Federal nº 9.057/2017.

16. Infraestrutura

A metodologia e estrutura baseia-se, essencialmente, na utilização da Internet como meio de acesso ao conteúdo programático e às orientações educacionais. O programa conta com um Learning Management System – LMS, no qual são controlados os processos acadêmicos e pedagógicos, e onde são disponibilizados os conteúdos instrucionais.

No LMS, os alunos contarão com recursos de mídia diversos, como videoaulas, palestras, bem como entrevistas, textos, artigos, biblioteca virtual, referências, links de sítios da Internet para leituras de aprofundamento, interação com os demais alunos por meio de fóruns de discussão (newsgroups), bem como tutoria individualizada.

Recursos e Ferramentas Disponíveis na Plataforma Virtual:

- a. Biblioteca virtual;
- b. Links de referências, sites de pesquisa, textos complementares e bibliografia

- complementar;
- c. Glossário / Dicionário (Opcional);
 - d. Sala do “Cafezinho” (Opcional – Espaço de livre discussão, assuntosalheios ao conteúdo dos cursos);
 - e. Caderno de estudos digital – em PDF;
 - f. Sala de Bate-Papo;
 - g. Fórum de discussão e debate;
 - h. Webmail;
 - i. Serviço de Atenção ao Aluno (Serviço de suporte e apoio ao aluno);
 - j. Suporte Técnico;
 - k. Agenda, notícias e novidades;
 - l. Manual do aluno;
 - m. Plano do Curso;
 - n. Relatórios de acessos, atividades e desempenho;
 - o. Perfil do aluno;
 - p. Relação completa dos participantes do curso com respectivos endereços eletrônicos.

17. Avaliação do curso

A avaliação do desempenho do aluno, concebida como mediadora da aprendizagem, se dápor meio da realização de atividades avaliativas propostas nasdisciplinas. A avaliação do curso será realizada pelo docente e pelo discente. Haverá auto avaliação do discente, de acordo com o Regimento Interno da pós- graduação da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul.

18. Corpo Docente

DOCENTE	TITULAÇÃO
Amanda Flávio de Oliveira	DOUTORA
Denise Maria dos Santos Paulinelli Raposo	MESTRE
Leonardo Roscoe Bessa	DOUTOR

Ricardo Morishita Wada	DOUTOR
Sandra Lima Alves Montenegro	MESTRE
Simone Maria Magalhães	MESTRE
Thiago Loyola Crespo	MESTRE
Valéria Bononi Gonçalves de Souza	MESTRE
Vitor Vilela Guglinski	ESPECIALISTA